

Planaltina é destaque nacional

MARIANA MAZZA

DA EQUIPE DO CORREIO

Desenvolver o comércio com iniciativas simples para aumentar a auto-estima dos empresários e o bem-estar da população local. Com esse lema, a Associação Comercial e Empresarial de Planaltina (Ascip) ganhou notoriedade entre as grandes federações do setor com o trabalho de mais de 20 anos no desenvolvimento da comunidade. A Ascip foi um dos destaques regionais da XVI Congresso da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), que terminou ontem após reunir centenas de empresários de todo o país em Brasília.

Empolgados com o reconhecimento, os 270 associados da Ascip sonham com vôos mais altos: chamar a atenção do governo para garantir mais verbas para a região administrativa. A proposta da Ascip é que o governo do Distrito Federal invista para formar um pólo agroindustrial em Planaltina ainda em 2007. O projeto geraria mais empregos e permitiria que os comerciantes da região se transformassem um centro de distribuição de produtos para o restante do Distrito Federal. "Temos um grande potencial para ser um pólo agrícola. As terras são férteis e temos mão-de-obra. Queremos acabar com essa imagem de Planaltina como uma cidade-dormitório", argumenta o presidente da Ascip, Anísio Lôbo.

A capacitação dessa mão-de-

Adauto Cruz/CB



ANÍSIO LÔBO, DA ASSOCIAÇÃO DE PLANALTINA: "QUEREMOS ACABAR COM A IMAGEM DE CIDADE-DORMITÓRIO"

obra tem sido fortemente estimulada pela associação, com a promoção de cursos de informática e outras habilidades necessárias ao primeiro emprego. A atividade não tem fins lucrativos e é cobrado dos alunos apenas o custo de manutenção dos telecentros de ensino. Existem também campanhas para acabar com a venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade, prática proibida por lei mais ainda recorrente em cidades mais afastadas dos

grandes centros. "Queremos elevar a auto-estima dos associados e da população. Chegamos a conclusão de que, se a comunidade vai bem, o comércio também vai bem", avalia Lôbo.

Planaltina tem um mercado consumidor em potencial de encher os olhos de qualquer associação comercial. São cerca de 200 mil habitantes que, hoje, acabam sendo obrigados a recorrer aos grandes revendedores de alimentos localizados no Plano-Piloto,

Taguatinga e nas cidades goianas de Unaí e Formosa. "Queremos que esse dinheiro fique aqui em Planaltina. Mas, para isso, o governo tem que investir", afirma o presidente da Ascip. Em contrapartida, a associação garante que continuará firme nos seus projetos em prol da sociedade.

Impostos na pauta

Esse ideal de cooperação entre as empresas e o governo deu o tom do XVI Congresso da CACB. O

objetivo do encontro, além de dividir experiências entre os empresários, foi mostrar ao Executivo a importância que o comércio tem na retomada do crescimento econômico do país. No campo das reivindicações, o principal item continua sendo a aprovação e regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

O texto da nova lei passou pelo crivo dos senadores na semana passada, mas ainda precisa ser votado na Câmara dos Deputados para virar realidade. "É fundamental que se aprove ainda neste ano. Uma lei que é uma unanimidade em termos de benefício para a sociedade não pode levar um período imenso para correr no Congresso", pondera Alencar Burti, presidente da Caceb. Burti ressalva ainda que as novas regras ajudarão muito na sobrevivência das empresas, mas não há milagre. "Ela é o início de um processo. É preciso que se façam também cortes nos gastos públicos do governo que se revertam em desoneração para a sociedade", afirma.

Os empresários encaminharam ontem uma mensagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva listando as preocupações do setor. A "Carta de Brasília" pede ao governo providências para desburocratizar a criação das empresas, reduzir as taxas de remuneração do crédito e os impostos e criar mecanismos que estimulem a formalização no comércio. Segundo a CACB, mais de 10 milhões das 15 milhões de empresas no Brasil estão na informalidade.

Pressão do Sistema S

Os empresários temem que a análise da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas (PLC 100/06) empaque na Câmara dos Deputados por conta das pressões de entidades contrárias às flexibilizações propostas na medida. O cabo-de-guerra é entre a Confederação das Associações Comerciais e Empresarias do Brasil (CACB) e as organizações do chamado Sistema S, como Sesc e Senac. Apenas o Sebrae é poupado na briga, por incentivar a criação da lei e os projetos das associações comerciais.

As demais entidades têm protestado contra a redução de verbas que a aprovação trará ao ampliar a faixa de classificação das micro e pequenas empresas, isentas da contribuição ao Sistema S. Para evitar a perda estimada em R\$1 bilhão, Sesc e Senac sugerem que 1% da arrecadação total do novo Simples seja repassada às organizações setoriais. Os empresários são contra. "O que os parlamentares têm que perceber é que, quando se vota um projeto para o todo, não se pode considerar esses interesses meramente setoriais", rebate o presidente da CACB, Arnaldo Burti. (MM)